

A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA FRENTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL

Laiane Ferreira Rocha¹

Tânia Ferreira de Jesus²

RESUMO

As cooperativas se destacam por sua natureza como instrumento que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e do ambiente em que estão inseridas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade local. Tendo por finalidade atender a subsistência de seus associados, que de modo geral são ao mesmo tempo clientes e gestores, necessitam ser financeiramente sustentáveis. No Território de Identidade do Sisal, destaca-se a Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Sisal, por atuar em uma região em que a maioria da população, aproximadamente 57%, são da zona rural e dependem da agricultura como fonte de renda, sendo extremamente importante o acesso ao crédito rural para o desenvolvimento de suas atividades. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a sustentabilidade financeira da ASCOOB-Sisal, frente ao conceito do desenvolvimento sustentável. Para a análise foram utilizados dados dos Demonstrativos Contábeis referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012. A pesquisa possibilitou verificar resultados satisfatórios dos indicadores analisados, demonstrando que a ASCOOB-Sisal é uma instituição sustentável financeiramente.

Palavras-chave: Cooperativa de Crédito Rural. Sustentabilidade Financeira. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

Cooperatives are distinguished by their nature as an instrument that contribute to improve the quality of people's lives and the environment in which they live, and consequently promote the sustainable development of a region. Cooperatives are intended to attend their associates, who are both customers and owners, and therefore must be well managed to get positive results and thus satisfy their owners. For this, the cooperatives have to be financially sustainable, in other words, they have to act to generate sufficient revenues and surpluses to ensure its long-term continuity. At the Sisal Territory, contrasts the ASCOOB Sisal Rural Credit Cooperative, for acting in a region where the majority of the population, approximately 57 % are from rural areas and depend on agriculture as a source of income, being extremely important the rural credit access for the development of their activities. This article aims to analyze ASCOOB-Sisal financial sustainability, concerning the concept of sustainable development. For the analysis we used data of Sheets Balance and Statements of Surplus and Loss referring to the years 2010, 2011 and 2012. The research enabled us to verify satisfactory results of the analyzed indicators, demonstrating that ASCOOB-Sisal is a financially sustainable institution.

Key-words: Agricultural Credit Cooperatives. Financial Sustainability. Sustainable Development.

¹ Graduanda em Administração da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI – Serrinha –Ba
E-mail: laiane-rocha@hotmail.com

² Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, Especialista em Contabilidade Gerencial, Graduada em Ciências Contábeis. Professora Assistente Nível A da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI – Serrinha –Ba e da Fundação Visconde de Cairu, Salvador-Ba. E-mail: taniafj@ig.com.br

1 INTRODUÇÃO

Um conceito amplamente citado e discutido atualmente é o de desenvolvimento, porém este conceito é muitas vezes confundido com crescimento. O conceito de desenvolvimento e crescimento estão interligados, contudo, considera-se que desenvolvimento é o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia, logo, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento, sendo imprescindível que o âmbito financeiro esteja em equilíbrio para se atingir o desenvolvimento sustentável.

Tratando-se de desenvolvimento de uma localidade, as cooperativas se destacam por sua natureza como instrumento que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e do ambiente em que estão inseridos. No Território de Identidade do Sisal, na Bahia, destaca-se a Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB- Sisal, para o desenvolvimento da economia local, devido a importância da agricultura para esta região.

Considerando que a sustentabilidade financeira é um fator importante para o crescimento e desenvolvimento da economia local e que a cooperativa de crédito rural, atua de forma significativa para melhorar o padrão de vida dos agricultores, questiona-se: a cooperativa de crédito – ASCOOB Sisal é sustentável financeiramente?

O objetivo, portanto, deste artigo é analisar a sustentabilidade financeira da cooperativa de crédito rural - ASCOOB Sisal, frente ao conceito do desenvolvimento sustentável, caracterizando as cooperativas de crédito rural e definindo sua importância para o desenvolvimento local.

Sendo assim, este trabalho é relevante devido a importância da cooperativa analisada para a localidade em que está inserida, e, sobretudo, por suas ações repercutirem efetivamente na organização social da região, sendo necessária a sustentabilidade financeira da mesma para que auxilie no crescimento e desenvolvimento local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ABORDAGEM CONCEITUAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável ganhou destaque neste início do século XXI. A partir da Revolução Industrial, no início do século XVII, com o desenvolvimento do capitalismo, ocorreu o crescimento acelerado da atividade industrial. Essa expansão aumentou de forma significativa a poluição atmosférica e o uso dos recursos naturais, provocando problemas ambientais e sociais de grandes dimensões. Nos últimos anos a discussão sobre os problemas ambientais causados pelo crescimento desenfreado da produção ganhou destaque, trazendo a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável.

A definição mais aceita entre os estudiosos para desenvolvimento sustentável é o da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, a qual diz que desenvolvimento sustentável é “a competência da humanidade em garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras” (COMISSÃO MUNDIAL PARA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988), desse modo, desenvolvimento é mais do que a proteção do meio ambiente, devendo este atuar nas três dimensões: econômica, social e ambiental.

O pilar econômico baseia-se na capacidade de sustentação econômica dos empreendimentos, refere-se a gestão eficiente dos recursos em geral que permitam ao empreendimento gerar efeitos positivos em longo prazo. O pilar social relaciona-se à promoção do bem-estar das pessoas e da diminuição das diferenças sociais, já o pilar ambiental diz respeito a necessidade de conservação dos recursos naturais.

Esses três pilares se relacionam como um tripé, em que devem atuar simultaneamente para atingir o desenvolvimento. De acordo com Oliveira, crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, porém não é condição suficiente, “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 32), dessa forma para que haja mudanças de ordem social, com a diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade, e melhoria na educação, saúde, nutrição, moradia e transporte para a população é necessária à

variação positiva do crescimento econômico e, conseqüentemente, é necessário que as condições financeiras das instituições estejam em equilíbrio por longo prazo, ou seja, que as organizações sejam financeiramente sustentáveis.

2.2 RELAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A insolvência de uma organização acarreta conseqüências danosas para a região onde se encontra, provocando perdas de postos de trabalho, podendo contribuir com a atividade informal ou com o desemprego, além do fato de que os consumidores não poderiam mais dispor de seus produtos e serviços, o governo perderia com a contribuição de impostos, e conseqüentemente toda a comunidade. Dessa forma, é importante para toda a sociedade que uma instituição seja financeiramente sustentável, ou seja, cresça de forma perene. Fernandes (2011) define o conceito de sustentabilidade financeira:

Pode-se definir o conceito específico de sustentabilidade financeira de uma empresa como a capacidade da empresa autoprover recursos financeiros para enfrentar contratempos decorrentes da sua exploração econômica que se articula sobre a autonomia financeira, o equilíbrio do crescimento e o fluxo adequado de caixa. (FERNANDES, 2011, p.39)

Logo, sustentabilidade financeira é superar as adversidades do mercado com autonomia financeira e crescimento a longo prazo. De acordo com Naves (2007) para que uma instituição financeira seja considerada sustentável, uma cooperativa, por exemplo, as taxas de juros devem ser altas o suficiente para cobrir os custos operacionais e a inadimplência, e serem elevadas para estimular a poupança, para, através de suas transações, obter lucros ou sobras e proporcionar reservas que permitam o crescimento futuro, ou seja, gerar receitas suficientes para cobrir custos e obter sobras para permitir o crescimento da mesma.

2.3 O PAPEL DAS COOPERATIVAS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com o art.4º da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de

natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas em benefício dos associados, sem objetivo de lucro.

O cooperativismo procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade econômica. É, portanto, uma forma alternativa de pensar e realizar o trabalho de coordenar a economia. (VEIGA & FONSECA, 2001, p.18)

O cooperativismo é um instrumento importante no combate à exclusão social, apresentando valores de liberdade, humanidade, igualdade e solidariedade, a partir da adesão livre e voluntária para atender um objetivo mútuo, não objetivando o lucro e sim os interesses coletivos.

Seguindo os princípios supracitados, as cooperativas de crédito são constituídas por poupadores e tomadores de recursos financeiros que têm como objetivo a obtenção de crédito para seus associados a juros e prazos em condições melhores do que as oferecidas pelo mercado. (CRÚZIO, 2005).

Além das cooperativas atuarem como empresas voltadas para os interesses de seus donos, os próprios associados, também se interessam pela comunidade em que estão inseridas, promovendo seu desenvolvimento, pois como as cooperativas de crédito só podem atuar com os seus associados a maior parte do recurso tende a ficar no próprio município em que a cooperativa atua, contribuindo para o desenvolvimento local.

2.4 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Nas cooperativas de crédito os associados são ao mesmo tempo clientes e donos. Considerando a cooperativa como uma empresa, esta tem que ser bem administrada para obter resultados positivos e assim satisfazer seus donos. Dessa forma, toda cooperativa precisa se autossustentar e agir de modo a obter receitas suficientes para a sua sobrevivência, ou seja, gerar receitas suficientes e sobras para garantir sua continuidade no longo prazo, embora a sua finalidade não seja o lucro.

Uma ferramenta importante para analisar a posição econômico-financeira de uma entidade é a utilização de documentos contábeis. Uma das principais

finalidades da contabilidade é demonstrar a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade das empresas, utilizando demonstrações financeiras que permitem analisar a situação da empresa no passado e presente, demonstrando a sua evolução, admitindo fazer comparações com outras do mesmo setor e possibilitando a predição de eventos que possam alterar seu patrimônio.

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa. (ASSAF NETO, 2002, p. 48)

Segundo Santos *et al.* (2012) as Sociedades Cooperativas são uma entidade de natureza econômica e social. A primeira natureza se dá pelo exercício de atividades econômico-financeiras que conduzem ao alcance da sua função social, que é prestar serviços aos associados. “A contabilidade apresenta-se, então, como meio de evidenciar os aspectos relacionados a essa dupla natureza, por se revelar a maneira como os recursos estão sendo alocados em benefício dos associados.” (SANTOS *et al.*, 2012, p. 106) .

As principais demonstrações financeiras das sociedades cooperativas segundo Santos *et al.* (2012) são:

a) Balanço Patrimonial (BP):

Tem por finalidade demonstrar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinado período. Sendo composto por Ativo (representa os bens e direitos da entidade), Passivo (compreende as obrigações) e o Patrimônio Líquido (representa a diferença entre o ativo e o passivo).

b) Demonstração de Sobras ou Perdas/Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):

Apresentação resumida das operações realizadas pela cooperativa, durante o exercício social, como a Demonstração do Resultado do Exercício para empresas que objetivam o lucro, apurando se esta houve sobras ou perdas. Sendo composto por ingressos (receitas) e dispêndios (despesas).

c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Tem por finalidade evidenciar as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido da entidade, num determinado período de tempo.

d) Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Evidenciam como ocorrem as movimentações de disponibilidade em um dado período de tempo.

Através dos dados fornecidos pelas demonstrações financeiras é possível avaliar o desempenho de uma cooperativa e de empresas em geral, no entanto, para fins desta pesquisa, serão utilizadas apenas as demonstrações: Balanço Patrimonial e a Demonstração de Perdas e Sobras.

3 METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa é quanti-qualitativa. Quantitativa porque a pesquisa se centra na objetividade, em que os resultados são obtidos com a análise de dados através das demonstrações financeiras da cooperativa analisada. É qualitativa no que se refere à análise dos resultados, envolvendo assim a interpretação do pesquisador. Em relação aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória.

A estrutura desta pesquisa iniciou-se através de uma revisão crítica da literatura, embasada em livros, monografias e artigos que discutem sobre os temas: cooperativa de crédito rural, estrutura e análise de demonstrações contábeis e conceito de sustentabilidade.

O presente artigo também se caracteriza por ser documental, pois é elaborado a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, onde serão utilizados os dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Perdas e Sobras, relativas ao período de 2010 a 2012 da Cooperativa de Crédito Rural – ASCOOB Sisal para se realizar a análise da sustentabilidade financeira da mesma.

A ASCOOB-Sisal está inserida no Território de Identidade do Sisal - Bahia, o qual abrange 20 municípios em que residem aproximadamente 580 mil pessoas, onde mais da metade da população, o equivalente a 57%, são da zona rural, de forma que a atividade agrícola é uma importante fonte de renda para a economia local. Esta instituição financeira é uma cooperativa que atua com o crédito rural e também na área de microcrédito, apresentando-se como um instrumento importante

para o desenvolvimento deste território, sendo fundamental para os agricultores o acesso ao crédito rural para a realização de suas atividades.

Este trabalho é um estudo de caso, em que se analisa e restringe-se o estudo ao caso da ASCOOB Sisal, realizando um estudo aprofundado da sustentabilidade financeira desta cooperativa. As autoras Lakatos e Marconi (2011) definem o estudo de caso como uma pesquisa que “reúne o maior número de informações detalhadas, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa, visando apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato”.

Para organizar o processo de análise da sustentabilidade financeira da ASCOOB, definiu-se como parâmetro o modelo de análise da sustentabilidade financeira de cooperativas de crédito rural proposto por Naves (2007).

Segundo Naves (2007), para as cooperativas serem sustentáveis financeiramente as taxas de juros precisam ser suficientemente altas para que assim seja possível cobrir os empréstimos que não foram cumpridos pelos associados, os dispêndios com a captação de recursos e com os dispêndios administrativos. As taxas de captação precisam ser altas e positivas para assim fidelizar e atrair mais associados para a cooperativa. As cooperativas necessitam ser sustentáveis, gerando resultados positivos e crescentes, auxiliando o associado através de seus serviços.

Naves (2007) organizou em uma tabela os principais indicadores para a análise vertical do diagnóstico econômico-financeiro de uma cooperativa. A análise é realizada a partir de dados do Balanço Patrimonial e de Demonstrações de Perdas e Sobras e aplica-se indicadores que diagnosticam onde se encontram as maiores aplicações das cooperativas de crédito rural, a liquidez, a participação do capital próprio em relação aos depósitos, o rendimento, a margem financeira bruta, a provisão para devedores duvidosos no total de dispêndios de intermediação financeira, os dispêndios administrativos em relação ao total do ativo, e por fim a auto sustentabilidade financeira.

Quadro 1 - Indicadores para a análise vertical do diagnóstico econômico-financeiro da cooperativa

ESTRUTURA PATRIMONIAL		
SIGLA	VARIÁVEL	INDICADORES
EP1	Investimento em Operações de Crédito	Operações de Créditos/Total do Ativo
EP2	Investimento em Outras Aplicações	(Aplicações Interfinanceiras + Títulos e Valores Mobiliários)/Total do Ativo
EP3	Captação de Depósitos	(Total de Depósitos/Total de Passivos)
EP4	Concentração de Atividades no Curto Prazo	a) Ativo Circulante/Total do Ativo e b) Passivo Circulante/Total do Passivo
EP5	Índice de Capital Próprio	Patrimônio Líquido/Total de Depósitos
ESTRUTURA PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVOS DE SOBRAS E PERDAS		
EPD1	Taxa de Retorno Ativo	Ingresso Operacional/média do Ativo*
EPD2	Taxa de Despesa do Ativo	Dispêndio Operacional/Média do Ativo*
MOEPD1 = EPD1 - EPD2	Margem Operacional Bruta	(Ingresso Operacional/Média do Ativo) – (Dispêndio Operacional/Média do Ativo)
EPD3	Taxa de Retorno de Intermediação Financeira	Ingressos de Intermediação Financeira/ Média do Ativo*
EPD4	Taxa de Dispêndio da Intermediação Financeira	Dispêndios de Intermediação Financeira/Média do Ativo*
MFEPD1 = EPD3 – EPD4	Margem Financeira Bruta	(Ingressos de Intermediação Financeira/Média do Ativo*) – (dispêndios de Intermediação Financeira/ Média do Ativo*)
EPD5	Taxa de Inadimplência	Provisões para Devedores Duvidosos/ Operações de Crédito
EPD6	Participação dos Dispêndios de Provisão para Devedores Duvidosos	Dispêndios de Provisão para Operações de crédito/ Dispêndios de Intermediação Financeira
EPD7	Taxa de Dispêndios Administrativos	Dispêndios Administrativos/ Média do Ativo
EPD8	Auto-sustentabilidade Financeira	(Ingressos da Intermediação Financeira + Ingressos de Prestação de Serviços + Outros Ingressos Operacionais)/ (Dispêndios de Intermediação Financeira + Dispêndios Administrativos + Outros Dispêndios Operacionais)

Fonte: NAVES (2007, p.80)

*A média do ativo é obtida pela divisão do ativo total pelo número de meses, objeto da análise.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Sisal - ASCOOB-SISAL é uma cooperativa de crédito com ações voltadas para o setor rural, apresentando como missão o fortalecimento da economia familiar, fomentando os processos de desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário, através da inclusão financeira. Atualmente o número de associados soma mais de 7 mil, possuindo quatro agências localizadas nos municípios de Serrinha, Ichu, Barrocas e no distrito de Salgadália, sendo que essas duas últimas foram inauguradas nos últimos dois anos, contribuindo cada vez mais para a inclusão financeira e para o desenvolvimento sustentável no Território do Sisal do Estado da Bahia.

Tomando por base o modelo de análise da sustentabilidade financeira de cooperativas de crédito rural proposto por Naves (2007), aplicou-se os indicadores no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Sobras e Perdas do período de 2010 a 2012 da ASCOOB.

Quadro 2 - Resultado dos indicadores a partir da Estrutura Patrimonial

ESTRUTURA PATRIMONIAL					
SIGLA	VARIÁVEL	INDICADORES	2010(%)	2011(%)	2012(%)
EP1	Investimento em Operações de Crédito	Operações de Créditos/Total do Ativo	64,93	63,93	52,16
EP2	Investimento em Outras Aplicações	(Aplicações Interfinanceiras + Títulos e Valores Mobiliários)/Total do Ativo	20,34	30	33,65
EP3	Captação de Depósitos	(Total de Depósitos/Total de Passivos)	70,59	68,31	67,69
EP4	Concentração de Atividades no Curto Prazo	a) Ativo Circulante/Total do Ativo	a)95,86	a)96,97	a)97,57
		b) Passivo Circulante/Total do Passivo	b)85,46	b)85,65	b)84,76
EP5	Índice de Capital Próprio	Patrimônio Líquido/Total de Depósitos	20,60	21	22,52

Fonte: Dados da Pesquisa

Como identificado no quadro 2, os indicadores EP1 e EP2 indicam onde se encontram as maiores aplicações das cooperativas de crédito. É importante que a maior parte das aplicações da organização seja direcionada às operações de crédito e que se apresentem crescentes nos próximos anos. Pode-se visualizar pelo EP1 que a maior parte das aplicações estão direcionadas as operações de crédito,

apesar desse valor decrescer nos anos posteriores. Em decorrência da diminuição dos valores aplicados na operação de crédito, verifica-se que o investimento em outras aplicações aumentou em 2011 e em 2012 em relação a 2010, o que foi apresentado pela variável EP2.

A captação de depósito em relação ao total do ativo diminuiu com o passar dos anos, em 2010, representava 70,6%, já em 2011, 68,3% e em 2012 67,7%.

A variável EP4 é considerada por Naves (2007) um indicador de liquidez corrente, e mostra a capacidade da instituição em arcar com as suas dívidas, analisando no período de curto prazo, a partir de suas aplicações. Pelos resultados percebe-se que a cooperativa apresenta liquidez, em que a maior parte do seu ativo é representada pelo seu ativo circulante, ou seja, em aplicações de curto prazo, e que a maioria de suas obrigações também são em curto prazo. Este dado permite ainda verificar que é crescente nos anos seguintes. Pode-se inferir então que nestes três anos a cooperativa teve condições de arcar com suas dívidas.

O indicador EP5 permite verificar a participação de capital próprio, ou seja, dos associados, em relação aos depósitos. É importante que a maior parte dos depósitos sejam representados pelo capital dos próprios associados, pois a captação de capital de terceiros representaria um custo alto para a cooperativa. Pelo indicador, verifica-se que há um crescimento da participação dos associados na cooperativa, isso se deve também ao fato de a cooperativa ter aberto novos postos de atendimentos, na cidade de Barrocas e Distrito de Salgadália, nos últimos dois anos.

Quadro 3 - Resultado dos indicadores a partir da Estrutura Patrimonial e pelo Demonstrativo de Sobras e Perdas

ESTRUTURA PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVOS DE SOBRAS E PERDAS					
SIGLA	VARIÁVEL	INDICADORES	2010(%)	2011(%)	2012(%)
EPD1	Taxa de Retorno Ativo	Ingresso Operacional/média do Ativo*	27,22	30,31	26,23
EPD2	Taxa de Despesa do Ativo	Dispêndio Operacional/Média do Ativo*	25,17	23,91	23,57
MOEPD1 = EPD1 - EPD2	Margem Operacional Bruta	(Ingresso Operacional/Média do Ativo) – (Dispêndio Operacional/Média do Ativo)	2,19	6,41	2,67

EPD3	Taxa de Retorno de Intermediação Financeira	Ingressos de Intermediação Financeira/ Média do Ativo*	20,84	24,21	21,25
EPD4	Taxa de Dispêndio da Intermediação Financeira	Dispêndios de Intermediação Financeira/Média do Ativo*	9,39	9,04	9,16
MFEPD1 = EPD3 – EPD4	Margem Financeira Bruta	(Ingressos de Intermediação Financeira/Média do Ativo*) – (dispêndios de Intermediação Financeira/ Média do Ativo*)	11,45	15,17	12,09
EPD5	Taxa de Inadimplência	Provisões para Devedores Duvidosos/ Operações de Crédito	3,62	3,64	6,90
EPD6	Participação dos Dispêndios de Provisão para Devedores Duvidosos	Dispêndios de Provisão para Operações de crédito/ Dispêndios de Intermediação Financeira	5,72	3,85	7,21
EPD7	Taxa de Dispêndios Administrativas	Dispêndios Administrativos/ Média do Ativo*	15,44	13,94	13,17
EPD8	Auto-sustentabilidade Financeira	(Ingressos da Intermediação Financeira + Ingressos de Prestação de Serviços + Outros Ingressos Operacionais)/ (Dispêndios de Intermediação Financeira + Dispêndios Administrativos + Outros Dispêndios Operacionais)	108,12	126,78	111,27

Fonte: Dados da Pesquisa

Para realização da análise com os indicadores propostos, toma-se por base o ativo total ou a média do ativo, que geralmente corresponde a soma do ativo dos doze meses analisados, dividindo-o por doze, neste caso seria mais recomendável para a análise que se dispusesse dos valores dos ativos a cada mês, com o sugere Naves (2007).

Vale salientar, que em regra geral, a maioria dos estudos realizados com a média do ativo é obtida considerando-se a soma do Ativo do inicial e final do período de análise, dividindo-se por 2, como afirmam Moreira e Barata (2003, p.3) ao analisarem a taxa de retorno operacional:

Nem sempre é tarefa fácil calcular a verdadeira Taxa de Retorno Operacional. Encontram-se obstáculos para apuração dessa taxa. Por isso, os analistas, de maneira geral, preferem calcular a Taxa de Retorno Total, considerando o Lucro Líquido sobre o Ativo Total. Operacionalmente, esse é o melhor processo, e, em virtude disso, será adotado tal critério, ou seja:

$TRI = \text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}^1$, onde caracterizam o Ativo Total como Ativo Médio: $^1\text{Ativo Médio} = (\text{Ativo Inicial} + \text{Ativo Final})/2$.

Desta forma, para a realização da análise financeira da ASCOOB-Sisal (visualizar quadro 3), foram utilizados o valor do ativo médio proposto por Moreira e Barata (2003) por, normalmente, ser o parâmetro utilizados para se realizar análises de balanços. É importante salientar que este fato não altera a efetividade da pesquisa e não distorce a análise dos resultados obtidos, considerando que o período base da análise foi verificado anualmente.

Segundo Naves (2007) o indicador EPD1 caracteriza o rendimento de cada unidade monetária aplicada, apesar do lucro não ser o objetivo de uma cooperativa, é importante que a cooperativa apresente resultados positivos e crescentes ao longo do tempo, para que esta seja sustentável. Por este indicador, verifica-se que houve o crescimento da taxa de retorno do ativo de 2010 para 2011, porém ocorreu em decréscimo em 2012. Já o EPD2 caracteriza os dispêndios que a cooperativa apresenta por cada unidade monetária, esse indicador precisa ser decrescente ao longo do tempo, como ocorreu no período analisado.

A variável MOEPD1 se positiva, indica que os ingressos operacionais estão cobrindo os dispêndios operacionais da cooperativa, o que foi verificada na instituição analisada.

A variável EPD3 é semelhante à EPD1, com a diferença que aquela considera apenas os ingressos com a intermediação financeira. Este indicador deve ser crescente e pela análise da cooperativa, verifica-se que este também aumentou de 2010 para 2011 e diminuiu em 2012. O EPD4 caracteriza os dispêndios com a intermediação financeira que a cooperativa apresenta por cada unidade monetária investida, de forma que é melhor que seja decrescente durante os anos, o que neste caso não ocorreu na cooperativa, provavelmente pelo fato de ter aumentado as suas operações de crédito.

A margem financeira bruta, representada pelo indicador MFEPD1, deve ser positiva, como indicado na ASCOOB-Sisal, e indica que a cooperativa tem capacidade de pagar seus dispêndios de intermediação financeira através dos ingressos de intermediação financeira.

A taxa de inadimplência faz-se extremamente necessária na análise, devido ao fato de os próprios clientes serem os donos, ou seja, os próprios associados, e estes devem zelar pelo equilíbrio financeiro da cooperativa. Naves (2007) explica que, por trabalhar com o crédito rural, onde a atividade rural, por sua natureza está sujeita a maiores imprevistos, a provisão para devedores duvidosos pode ser alta, dependendo das circunstâncias do momento verificado. No ano de 2010, esta taxa era de 3,62%, em 2011 de 3,64% e em 2012 cresceu para 6,9%, provavelmente porque neste ano o estado da Bahia sofreu com a pior seca dos últimos 47 anos, afetando diretamente em todo Nordeste mais de 4 milhões de pessoas, segundo reportagem de Carlos Madeiro, do site de notícias UOL (2012).

O indicador EPD6 representa a participação dos dispêndios com a provisão para devedores duvidosos no total de dispêndios de intermediação financeira, sendo melhor para a cooperativa, que este indicador seja menor, pois dispêndios com provisão para devedores muito altos representam falta de credibilidade e altos custos de transação. No período de 2010 este índice ficou em 5,72%, em 2011 diminuiu para 3,85% e em 2012 houve um acréscimo passando para 7,21%, o que já era esperado na análise, já que a taxa de inadimplência também aumentou neste ano.

Já a variável EPD7 indica o quanto a cooperativa apresenta de dispêndios administrativos por unidade monetária aplicada, de forma que quanto menor for este índice, maior será a eficiência da cooperativa. Por meio da análise realizada, verifica-se que este indicador diminuiu com o passar dos anos, o que é um fator positivo para a sustentabilidade da ASCOOP-Sisal.

Por fim, tem-se a variável EPD8 que indica o objetivo principal deste artigo, a sustentabilidade financeira da cooperativa, que permite avaliar se a mesma é capaz de cobrir seus dispêndios, administrativos, financeiros e por perdas de empréstimo, a partir de seus ingressos obtidos por meio da taxa de juros, tarifas e pelas aplicações financeiras, mesmo operando com taxas inferiores às do mercado financeiro. A cooperativa pode ser considerada sustentável se o indicador estiver acima de 1. Pela análise percebe-se que a cooperativa é sustentável, pois em todos os anos analisados este indicador passa de 100%, porém verifica-se que houve uma queda de 2011 para 2012, provavelmente devido aos acontecimentos externos em

relação a seca que ocorreram neste ano e por ter expandido a sua área de atuação, aumentando seus gastos neste período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permite compreender a importância da boa gestão financeira de uma cooperativa para o desenvolvimento sustentável da região em que se insere. Apesar de serem instituições que não visam o lucro, as cooperativas devem gerar sobras para serem sustentáveis, e dessa forma atrair novos associados, permitindo o seu crescimento.

Para a realização deste trabalho, foram identificadas algumas limitações no que se refere aos dados encontrados por Naves no modelo proposto para a análise financeira, uma vez que a média mensal do ativo citada para análise, não foi visualizada ao confrontar os relatórios anexos do estudo feito pela autora. Este foi o fator motivador para a utilização da regra geral de ativo médio aplicado no estudo realizado na ASCOOB, que consiste na média dos ativos do início e final do ano de análise.

Através da análise financeira realizada com dados dos anos de 2010 a 2012, na cooperativa de crédito rural ASCOOB-Sisal, identificou-se que os indicadores apresentam-se sempre positivos e nunca inferiores ao índice 1, caracterizando-se por uma condição operacional e financeira autossustentável, como foi pontuado no referencial teórico desta pesquisa. Assim, a pesquisa pode constatar que a cooperativa ASCOOB-Sisal é financeiramente sustentável, o que a torna um instrumento importante para o desenvolvimento local.

Como recomendações para trabalhos futuros e, diante das limitações apresentadas no estudo, torna-se importante aprofundar a análise com a aplicação de outros indicadores econômico-financeiros, o que permitiria a uma análise mais sensível e efetiva da cooperativa analisada.

REFERÊNCIAS

ASCOOB-SISAL. **Institucional**. Disponível em: <http://www.ascoobserrinha.com.br/a-ascoob-sisal>. Acesso em 27 outubro 2013.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Lei Federal nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em 24 março 2013.

MADEIRO, Carlos. Com maior seca em décadas, Nordeste revive era de êxodo e fuga do campo. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/16/com-maior-seca-em-decadas-nordeste-revive-era-de-exodo-e-fuga-do-campo.htm>. Acesso em 07 novembro 2013.

COMISSÃO MUNDIAL PARA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 4º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FERNANDES, Miriane de Almeida. **Sustentabilidade Financeira: Proposta de Indicador de Sustentabilidade Financeira Aplicável a Micro e Pequenas Empresas**. Projeto de pesquisa para obtenção do título de Mestre em Administração das Micro e Pequenas Empresas. FACCAMP, 2011.

FPB - Fundação Paulo Bonavides. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas - IDESPP. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: Premius, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo, Atlas, 2011.

LUCÍDIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NAVES, Carolina de Figueiredo Balieiro. **A Sustentabilidade Financeira das Cooperativas de Crédito Rural: Um Estudo de Caso no estado de São Paulo**. 145f. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

MOREIRA, Héber Lavor; BARATA, Pablo Vinicius Alho. **Rentabilidade: Retorno Sobre o Investimento do Ponto de Vista da Empresa e do Empresário**. Universidade Federal do Pará, Belém, 2003. Disponível em: http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Artigo_-_Rentabilidade.pdf. Acesso em 21 novembro 2013.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE. Curitiba, v.5., n.2, p.37-48, maio/ago.2002.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**: Aspectos Gerais e Prestação de Contas. 2. ed. São Paulo, 2012.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos municípios baianos**. Salvador: SEI. v. 23. 2011.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A:Fase,2001.

ANEXOS A – BALANÇO PATRIMONIAL E DRE DA ASCOOB SISAL

BALANÇO PATRIMONIAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB SISAL

Em Reais

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	16.416.679,92	12.226.640,25	8.055.211,88
DISPONIBILIDADES	56.331,13	19.283,51	310.081,53
DISPONIBILIDADES	56.331,13	19.283,51	310.081,53
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	0,00	0,00	0,00
APLIC. EM DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
INTERFINANC			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5.660.977,28	3.782.880,70	1.709.427,88
CARTEIRA PRÓPRIA	5.660.977,28	3.782.880,70	0,00
CERTIFIC DE DEPÓSITO BANCARIO	0,00	0,00	1.709.427,88
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.836.235,23	296.956,93	387.132,15
PAGAMENTOS E RECEB. A LIQUIDAR	197.554,98	164.979,19	218.802,83
CENTRAL. FINANCEIRA –	1.638.680,25	131.977,74	154.361,28
COOPERATIVA			
CENTRAL. FINANCEIRA - CONTA	0,00	0,00	13.968,04
VINCULADA			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.776.790,88	8.061.252,77	5.455.852,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.894.743,27	6.457.215,88	5.653.342,68
(PROV.P/OPER.CRÉD.LIQ.DUVID.)	-605.352,64	-293.756,26	-197.490,41
OUTROS CRÉDITOS	86.345,40	66.266,34	192.718,05
RENDAS A RECEBER	8.428,60	9.414,08	5.597,70
DIVERSOS	83.162,92	169.008,12	187.120,35
(PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS)	-5.246,12	-	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.487.400,25	1.897.793,15	0,00
VALORES A LONGO PRAZO	2.487.400,25	1.897.793,15	0,00
OUTROS VALORES E BENS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS ANTECIPADAS	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES E BENS	0,00	0,00	151.332,33
(PROV. P/ DESV. OUT. VAL. E BENS)	0,00	0,00	-151.332,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE	408.634,59	382.195,79	347.652,82

INVESTIMENTOS	260.000,00	260.000,00	230.000,00
AÇÕES E COTAS	260.000,00	260.000,00	230.000,00
OUTROS INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZADO DE USO	148.634,59	122.195,79	92.912,67
IMOVEIS DE USO	0,00	149.185,59	18.372,90
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO (DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS)	219.495,71	182.152,78	255.390,55
-70.861,12	-209.142,58	-180.850,78	
DIFERIDO	0,00	0,00	24.740,15
GASTOS DE ORGANIZ.E EXPANSÃO (AMORTIZAÇÃO ACUMULADA)	0,00	0,00	66.106,01
0,00	0,00	-41.365,86	
TOTAL DO ATIVO :	16.825.314,51	12.608.836,04	8.402.864,70
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	14.260.970,30	10.799.915,22	7.180.737,13
DEPÓSITOS	11.388.787,87	8.612.527,56	5.931.454,38
DEPÓSITOS À VISTA	2.214.389,70	1.450.334,65	1.142.176,58
DEPÓSITOS A PRAZO	9.174.398,17	7.162.192,91	4.789.277,80
OUTROS DEPOSITOS	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	123.425,88	0,00	4.086,16
RECEBIMENTOS COBAN	123.425,88	0,00	4.086,16
RECEBIMENTOS E PAGTOS A LIQUID	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	2.065.357,09	1.869.686,10	927.698,14
EMPRÉST NO PAÍS - OUTRAS INST.	2.065.357,09	1.869.686,10	927.698,14
OUTRAS OBRIGAÇÕES	683.399,46	317.701,56	317.498,45
COB. E ARRECAD. DE TRIB. E	1.543,56	2.888,67	2.391,89
ASSEM.			
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	83.815,36	93.094,26	69.897,34
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	45.850,51	16.039,77	14.165,59
DIVERSAS	552.190,03	205.678,86	231.043,63
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.564.344,21	1.808.920,82	1.222.127,57
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.564.344,21	1.808.920,82	1.222.127,57
CAPITAL DE DOMICILIADOS NO PAÍS	1.920.377,70	1.209.736,00	1.010.708,15
(CAPITAL A REALIZAR)	0,00	0,00	0,00
RESERVAS DE LUCROS	470.088,12	310.655,77	152.313,50
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	173.878,39	288.529,05	59.105,92
TOTAL DO PASSIVO :	16.825.314,51	12.608.836,04	8.402.864,70

D.R.E. DO EXERCÍCIO 2012
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB SISAL

Em Reais

Descrição	12/2012	12/2011	12/2010
10. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRAN/E	3.126.833,34	2.543.402,58	1.488.247,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.885.298,88	2.305.134,60	1.318.959,74
RESULT. OPER. C/TÍT. VAL. MOB.	161.831,95	238.267,98	169.287,65
RECEITA DEP. INTERCOOPERATIVO	79.702,51	4.719,51	0,00
15. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.348.218,96	-949.970,46	-670.610,46
OPERAÇÕES CAPTAÇÃO NO MERCADO	-637.577,84	-580.425,95	-344.075,68
OPERAÇÕES DE EMPRÉST./REPASSE	-78.160,20	-59.211,94	-14.639,33
PROV. P/CRÉD. LIQUID. DUVIDOSA	-632.480,92	-310.332,57	-311.895,45
20. RESULT. BRUTO INTERM. FINANC.(10-15)	1.778.614,38	1.593.432,12	817.636,93
50. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERAC. 21	- 387.748,73	-920.897,67	-671.668,93
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	407.818,47	345.358,92	234.234,56
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	325.618,48	295.247,41	221.131,72
DESPESAS DE PESSOAL	-684.216,07	-582.206,24	-478.832,14
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRAT.	1.254.736,01	-881.860,74	-623.599,78
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-1.686,99	-1.003,47	-10.677,44
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-180.546,61	-96.433,55	-13.925,85
60. RESULTADO OPERACIONAL (20 + 50)	390.865,65	672.534,45	145.968,00
65. RESULTADO NÃO OPERACIONAL(828 E 830)	-51.777,17	-149.446,40	-47.458,13
75. RESULT.ANT.TRIB.LUCRO E PART(60+65)	339.088,48	523.088,05	89.509,87
85. PARTICIP.ESTATUTÁRIAS(FATES/RL)	-135.635,39	-239.278,51	-39.403,95
87. (FATES) ATOS NÃO-COOPERATIVOS	-29.574,70	0,00	0,00
(-) PROVISAO PARA IR/CSLL	-8.212,41	0,00	0,00
90. SOBTRAS OU PERDAS LIQUIDAS (75-80-85)	165.665,98	283.809,54	59.105,92